



Assembleia Municipal

ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL DE 2004

Quinta acta

Ao vigésimo sétimo dia do mês de Abril do ano de dois mil e quatro, reuniu em sessão ordinária, pelas 21.10 horas, a Assembleia Municipal de Albufeira, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Albufeira, por convocatória de catorze de Abril e aditamento de vinte de Abril, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO SEGUNDO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal do Inventário do Património respeitante ao ano de 2003, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal dos documentos de Prestação de Contas do Município de 2003, incluindo a proposta de aplicação de resultados, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO QUARTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal de alteração do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, Organograma e Quadro de Pessoal do Município, nos termos da alínea n) do n.º 2 do Art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal de Lei das Comunicações Electrónicas - Taxa Municipal de Direitos de Passagem, nos termos da alínea e) do n.º 2 do Art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PRESENCAS: Feita a chamada verificou-se estarem presentes os membros, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Pedro Manuel Trovão Ferro, Francisco João Magalhães Calhau, Carlos Duarte Vieira Gabriel, José Manuel Bota Sequeira, Fernando Vieira Vitória Cabrita, Carlos Sérgio Freire Quintino, Fernando José dos Santos Anastácio, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Fernando Cabrita Neves, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Helder José Coelho Guerreiro, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Francisco José Pereira Oliveira e Vítor José Correia Maria Vieira. -----

Procedeu-se à chamada dos Presidentes das Juntas de Freguesia, verificando-se as presenças de: Helder Sousa (Albufeira), Francisco Guerreiro (Paderne), José Paulo Aboim (Guia), Berto Palma (Olhos de Água) e Fernando Gregório (Ferreiras). -----

O membro, Eduardo Medeiros, chegou pelas 23.10h.-----
Registou-se ainda, a presença do Sr. Presidente da Câmara e dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Rolo e Ana Vidigal, e não permanência, Vítor Clemente e Carlos

Lima.-----

FALTAS: Vítor José Cabrita Neto, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço e António Paulo Martins dos Santos.-----

SUBSTITUIÇÕES: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, Vítor José Cabrita Neto, Aníbal Afonso de Sousa, António Paulo Martins dos Santos, Maria Fernanda da Conceição Rodrigues e Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, foi verificada a legitimidade e identidade dos membros imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, Eduardo Manuel Cabral de Medeiros, Manuel dos Anjos Meirinho e Adolfo Miguel Gregório.-----

O Presidente da Assembleia dá início à sessão com o período de intervenção do público. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Não havendo intervenções por parte do público, passou-se ao período de intervenção por parte dos membros. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA: -----

Fernando Neves - Sr. Presidente, começo por dizer que a CDU no dia 6 de Janeiro, entregou ao sr. Presidente um pedido para ser informada esta Assembleia da Delimitação da Reserva Ecológica Nacional dos Salgados, da Delimitação da Implantação da Urbanização dos Salgados e de Fotocópias dos Pareceres obrigatórios de todas as Entidades Oficiais consultadas, e até à data nada sabemos. Queríamos saber o que se passa, na medida que pensamos que esta grande edificação nos Salgados merece ser analisada por esta Assembleia Municipal. Isto é uma obra muito grande é até à data não nos foi dada qualquer resposta. Ainda sobre o outro assunto que trouxe à Assembleia; ainda com mais atraso, com a data de 22 de Dezembro, sobre a situação actual do Processo de Obras n.º 958/88 do Edifício Jardim de Santa Eulália. Por último queria levantar também outra questão, que é em relação à informação que é dada ao público pelo Presidente da Assembleia Municipal; parece-nos que as publicitações que o Sr. Presidente faz, manda fazer em relação às deliberações da Assembleia Municipal, esclarecesse o seguinte: normalmente o que se vê é que a Assembleia Municipal tomou as seguintes deliberações, é sempre no sentido da aprovação. Ora bem, quando se fala na Assembleia Municipal é em termos globais, e aqui dá a impressão que só as decisões que são tomadas em aprovar qualquer acto é que são anunciadas. No nosso entender penso que isto devia ser alvo de mais cuidado das reuniões da Assembleia, na medida em que há abstenções, há votos contra as decisões que são tomadas aqui e só se publicita as decisões em que se deliberou aprovar isto ou aquilo.-----

Presidente da Assembleia - Em relação à última questão, será que as publicações não têm o tipo de votação que foi feita? -----

Fernando Neves - Sr. Presidente, eu tenho aqui uma cópia que serve como exemplo, que diz assim: na Assembleia do dia tal foram tomadas as seguintes deliberações: a Assembleia Municipal deliberou aprovar o Regulamento Municipal de Intervenção na Via Pública, e depois vem mais duas ou três decisões sempre no sentido de aprovação, e há nas assembleias votos contra, não é só tomar decisões e há abstenções e aqui o público que vai aos lugares onde se afixam os editais ler estas decisões fica com uma ideia distorcida das decisões que foram aqui tomadas, porque não foi tudo aprovado, quer dizer, aprovado foi, agora o sentido de

voto das diversas forças políticas que estão aqui representadas não constam dos editais. ---
Presidente da Assembleia - Eu sinceramente nunca me tinha apercebido da questão, nem nunca dei importância a essa questão porque tudo o que se passa aqui em Assembleia Municipal, há um cuidado muito elevado que seja retractado no lugar próprio, que é a acta, que é pública. As actas são públicas, e é aí que deve ficar retractado tudo o que se passa em Assembleia Municipal, em que as forças políticas fazem as suas declarações de voto, tomam as posições que entendam, fazem as propostas, etc. Em termos da publicação, a publicação destina a quê?, a dar eficácia pública a uma determinada deliberação, o que está em causa e se deve publicitar são as deliberações. Eu não estou a sacudir a água do meu capote, mas não tenho intervenção directa nisso, é um processo natural administrativo de publicação; de qualquer das formas; embora possa tomar em consideração o que aqui disse, e irei tomar concerteza, mas à partida a minha opinião é que apenas devem ser publicadas as deliberações. Se deverão ser apimentadas com mais qualquer coisa, do género dos votos, a expressão dos votos, foi uma coisa que nunca me ocorreu, irei meditar sobre isso, se realmente deverá ser assim ou não, à partida parece-me que não, mas estou aberto a reconsiderar depois de alguma reflexão sobre a matéria. Quanto às outras questões que me levantou, directamente, e tem haver com pedidos de informação; a Assembleia encaminha imediatamente os pedidos de informação para a Câmara Municipal e quando elas vêm, nós damos a quem as solicita, dentro aqui do âmbito da Assembleia. Tenho informação agora que este pedido da Hersal, já chegou há dois ou três dias e já há aqui uma compilação de documentos que solicitou. Em relação à obra Jardim de Santa Eulália, eu não sei o que é que se passa com essa obra, portanto fizemos o ofício em devido tempo, o qual não nos foi respondido e há pouco tempo, fizemos nova insistência para que assim fosse. Temos os ofícios à Câmara, um de 23 de Abril de 2004, porque o de 13 de Janeiro não teve qualquer resposta até agora. Nós temos o cuidado de endereçar, naturalmente aguardamos que haja impulso, ou seja pensamos que o impulso processual está do outro lado e naturalmente eu fui constatar na semana passada que há aqui uma série de ofícios não respondidos e dei rigorosamente o mesmo tratamento a todos quantos não estavam respondidos, solicitando novamente à Câmara. Eu espero que a Câmara, por algum motivo não o terá feito a tempo, assim chamo à atenção do facto do tempo, que seja respondido com maior brevidade possível, em que dou inclusive um prazo de 10 dias para ser dada a resposta, isto no caso em concreto.-----

Fernando Neves - O Sr. Presidente referiu que as actas das sessões da Assembleia Municipal são expostas ao público? Eu tenho visto as actas das reuniões de Câmara, em espaços próprios e em vários locais, agora as da Assembleia nunca vi.-----

Presidente da Assembleia - Que eu saiba não são expostas em lugar nenhum e podem ser consultadas por quem quiser, mas não há uma publicação obrigatória da acta, isso então era uma extensão enorme de papel, mas todos os cidadãos têm o direito de vir consultar as actas da Assembleia Municipal.-----

Fernando Neves - É que parece que era justo que a população soubesse das decisões da Assembleia, porque de facto há esta situação, quem vota a favor e quem vota contra, só que quando uma pessoa lê nos Editais, as decisões da Assembleia Municipal ficam em princípio com uma noção errada, pensam que todos os conjuntos partidários que aqui são representados votaram a favor da deliberação, quando na verdade não é assim. -----

Presidente da Assembleia - Eu vou analisar isso. -----

Francisco Guerreiro (Presidente Junta Freguesia Paderne) - As actas que vão para a Freguesia são expostas ao público. E queria perguntar ao Sr. Presidente se aquele tipo de sinalética, se tem alguma abrangência às Freguesias ou não? Isto é, para que se a Câmara colocar, nós possamos saber para que não se faça em duplicado. -----

Presidente da Câmara - Sobre a sinalética, obviamente que se estende às freguesias, as Ferreiras já têm, os Olhos de Água também têm, penso que a Guia também tem, em relação a Paderne, a sinalética na malha urbana, chamemos-lhe assim, da freguesia está sujeita a uma candidatura no âmbito da CCDDR e tem uma configuração, um design, pelo menos naquela malha urbana. Portanto, é melhor não avançar com nenhum projecto da Junta com esse fim, porque Paderne como está no âmbito das Aldeias do Barlavento, e há uma uniformidade das malhas nessas aldeias, é melhor não avançar com nada até termos as coisas todas feitas. ----

Fernando Anastácio - Pegando no tema da publicidade das deliberações, acho que cabe-nos a nós fazer um esforço, obviamente pela valorização do trabalho da Assembleia e a sua publicação conveniente para conhecimento. Deixo aqui uma sugestão, hoje é bastante fácil o acesso à informação, particularmente no que se relaciona às actas da reunião de câmara, estas estão disponíveis cerca de 15 dias depois, mais ou menos, on-line, no computador, o mesmo não se passa relativamente à Assembleia Municipal. Seria uma forma fácil, económica, poupando quilos de papel, mas dando às deliberações desta Assembleia Municipal o mesmo tratamento. Está aqui uma sugestão para que a Assembleia Municipal veja com a Câmara a possibilidade desse assunto ser tratado desta forma. -----

Presidente da Assembleia - Está aqui a chegar a informação que em relação a essa questão houve um problema, tipo logístico, no computador, mas que a última já foi introduzida on-line, e as anteriores já estão on-line. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, passou-se à leitura da correspondência. -

CONTINUAÇÃO DO PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA: ---

Presidente da Assembleia - Eu apenas gostaria de dizer que sobre o 25 de Abril, que ocorreu à pouco tempo, é uma data que merece e que mereceu do Município o tratamento requerido, estiveram presentes, e eu penso que foi com alguma riqueza para dizer com muita riqueza, intervenientes directos no antigo regime e que deram o seu testemunho. Foi interessante, eu senti-me realmente gratificado por ter assistido a este evento, este acontecimento, e penso que todos nós nos devemos sentir dessa maneira. Apenas esta nota em relação a esta data que é bom que não seja esquecida e que deva ser acarinhada por todos nós, que graças a este evento hoje podemos estar aqui em Liberdade e expressando cada um as suas opiniões, sem qualquer receio, sem qualquer coibição. Observação apenas, que tirando alguns elementos da Assembleia Municipal que estiveram presentes, houve pouca aderência a estes eventos, penso que terão tido outras ocupações, cada um sabe de si, mas devo dizer que perderam qualquer coisa que, do meu ponto de vista, foi realmente interessante. -----

Fernando Neves - Na última assembleia ou penúltima assembleia, salvo erro, houve aqui a chamada votação em alternativa. Ora bem, esta votação vai limitar a CDU, porque havia duas propostas, uma proposta do PSD e outra do PS e foram as duas postas a votação, só participou quem votava ou numa ou noutra. Ora bem, nós não tínhamos nenhuma proposta sobre a questão que estava a ser discutida, e na altura apresentamos uma declaração de

voto, salvo erro, não podemos participar na votação na medida que nenhuma das propostas nos dizia algo. É uma situação que se deviam debruçar sobre ela, para que de futuro não venha acontecer novamente uma situação deste tipo, que me parece, não queria chamar antidemocrática mas enfim, quando há uma força que não participa num acto que está a ser definido, não tem outro nome, mas foi um facto real que aconteceu e que de futuro pode voltar acontecer, pelo que resolvi intervir para que o Sr. Presidente possa dizer alguma coisa sobre isso. -----

Presidente da Assembleia - Em relação à questão da falta de democraticidade, as pessoas têm liberdade de participar ou não participar, eu não posso obrigar ninguém inclusivamente, seja em que situação for, a levantar o braço; levanta se quiser, isto é das tais coisas. Quanto à haver uma votação em alternativa, eu tanto quanto aprendi nesta casa é natural que assim aconteça quando há duas propostas contrárias, manifestamente contrárias, eu acho, isto é a minha opinião, e aprendi nesta casa e até sob presidência de outras forças políticas, que era uma forma ágil de tomar uma deliberação, porque nós estamos aqui para manifestar as nossas opiniões e para as expressarmos, e penso que ninguém se pode queixar de ter sido coibido de se manifestar com toda a liberdade, mas também temos que saber agilizar um pouco a Assembleia, nós estamos aqui sim senhor, para nos ouvirmos, para os senhores membros da Assembleia Municipal para se fazerem ouvir especificamente, mas também estamos aqui para tomar deliberações e devemos fazê-lo com alguma celeridade e com alguma facilidade. Não vale a pena, penso eu, também estar-se a tornar mais complicado o que pode ser simples, deve-se simplificar, isto não coíbe a liberdade de ninguém, as pessoas têm liberdade de se expressar, de nomeadamente ter ou não voto, eu aceito que pode ser ponderado e que concerteza também irei ponderar, mas não me parece que em termos de democraticidade que haja qualquer falha, é apenas um método expedito, é um critério, poderá haver outros, ontem por exemplo já assim não foi, porque ontem houveram e haviam apenas propostas no seguimento uma das outras, portanto não havia contrários, e não havendo contrários, parece-me que aí se pode fazer votações sucessivas, haver posições definidas, mas é um critério e os critérios também são falíveis, e eu não me reconheço o dom da verdade, de maneira nenhuma, agora tive este critério mas sem coibir toda a gente de se expressar com toda a liberdade, de qualquer maneira é uma observação muito pertinente. -----

Fernando Neves - É que essas duas propostas foram propostas de alteração. A votação foi assim: quem vota a favor da proposta A?, ninguém disse que se podiam prenuunciar contra, quem vota a favor da proposta B?, então aqueles que se abstêm ou que querem votar contra, como é que ficam Sr. Presidente? -----

Presidente da Assembleia - É um ponto. -----

Fernando Anastácio - Eu compreendo o problema, também mediante o que o sr. Presidente da Assembleia Municipal acabou de dizer. É um facto que não é prática nova deste mandato, mas também temos que aceitar com alguma analogia, se nos é permitido fazê-la, em relação ao tipo de funcionamento da Assembleia da República, que sabemos ser diferente, mas onde não há votações em alternativa, ou seja, todas as propostas merecem o mérito de serem ponderadas, aceites, aprovadas, ou rejeitadas, quanto mais não seja, ou na especialidade ou na generalidade e depois de trabalhadas nas respectivas comissões, de serem apreciadas e votadas na especialidade, voltam ao plenário para serem votadas. As coisas não são

necessariamente, a branco ou a preto. O caso concreto da última Assembleia, apesar de até se poder entender que estaríamos perante posições completamente contraditórias, outra interpretação também era sustentável, porque obviamente a proposta subscrita pelo Partido Socialista entendia que haveria lugar a uma contratação externa, com abertura de concurso para prestação de serviço, deveria ter sido feito noutros moldes, com outro universo. A posição expressa pela CDU tinha uma visão ideológica e um princípio diferente, entendia que não fazia sentido a contratação e o recurso à aquisição de serviço externos. A posição do próprio PSD, que evoluiu, foi no sentido também, de uma solução mista com uma lógica diferente da nossa. Nós também não podemos dizer que as propostas eram completamente contraditórias, na altura essa questão colocou-se. Penso que se calhar mereceu uma reflexão na forma de votar, e às vezes até poderiam sair propostas que possam ser aprovadas, e objecto de trabalho de fusão, embora tal método possa demorar muito os trabalhos desta Assembleia, mas de facto é uma forma de votar que, pelo menos potencia a capacidade de expressão. O Partido Socialista, como metodologia, defende soluções que abram o leque de possibilidade para a expressão relativamente aos assuntos que aqui são discutidos e às propostas. -----

José Paulo Aboim (Presidente Junta Freguesia Guia) - Aproveito para dar conhecimento ao Sr. Presidente da Câmara, que os espaços verdes na Freguesia da Guia, felizmente estão a aumentar e o pessoal que tem da Câmara para os espaços verdes estão a diminuir, assim sendo, como é que a Junta de Freguesia com o pessoal existente para os espaços verdes os consegue manter em condições, como agora quando o Sr. Presidente veio falar daquele espaço junto ao Bairro Social, aquilo de facto não estava nada jeitoso, mas já tinha dado conhecimento à Câmara que o pessoal existente era reduzido e os espaços verdes aumentaram felizmente, oxalá que aumentem mais ainda. Portanto eu gostaria de dar conhecimento ao Sr. Presidente ou pedir-lhe se ele podia, pelo menos arranjar uma pessoa para substituir a que existia, é pena estarmos a aumentar os espaços e no entanto não termos pessoal suficiente. -----

Presidente da Câmara - Está registado. A resposta agora não temos aqui. A Sra. Vereadora faz favor de tomar nota. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, deu-se início à ordem de trabalhos. -----

ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Câmara - As informações estão todas no documento entregue, eu passarei se entenderem a responder sobre alguma, só quero também informar-vos que não está aqui, mas que na quinta-feira passada mais uma vez, estive em Lisboa com o Sr. Ministro da Administração Interna e estou convicto que vai haver alguma novidade em breve sobre o reforço da segurança no Concelho, que é uma preocupação nossa e também de toda a Assembleia Municipal, é um assunto que tem sido falado aqui algumas vezes e também é verdade que as respostas não têm sido aquelas que todos nós esperamos, mas estou convicto e ainda ontem me ligaram a dizer que havia alguns sinais positivos sobre essa questão. É uma informação importante e esperemos que ela se confirme nos próximos tempos, porque a

necessidade é evidente, independentemente do reforço que está definido chegar já no princípio de Maio, o que está em causa é a imagem do Município, sabemos todos nós que isto não é uma situação só de Albufeira, é uma situação infelizmente nacional, mas isso não nos satisfaz, não nos conforma, portanto, temos que fazer as exigências que entendemos face às realidades do Concelho e elas são demais evidentes, e dizer-vos que sobre essa matéria não tenho estado descansado e nem irei estar descansado, e que é obviamente uma preocupação de todos e não só do Presidente da Câmara ou de qualquer outro. Quanto ao resto da documentação está aí, estão identificadas as actividades, as obras adjudicadas, os apoios, todo este documento é de fácil leitura, portanto, agradeço que se tiverem alguma questão ou alguma dúvida sobre qualquer um dos pontos, que eu procurarei responder, se não tiver presente todos eles, obviamente procurarei dar resposta, com algum dos técnicos que aqui esteja. -----

Pedro Ferro - Gostava que o Presidente da Câmara pudesse explicar melhor esta Empreitada de Requalificação do Largo Engenheiro Duarte Pacheco, se a requalificação deste Largo se não seria abrangido pela área do Polis, se a empreitada aqui presente não se põe uma requalificação à parte. Depois o Sr. Presidente diz que foi enviada à CCDRA, uma opinião exaustiva baseada nas informações dos serviços acerca da Revisão do Plano Regional de Ordenamento e Desenvolvimento do Território do Algarve, no âmbito do desenvolvimento regional, se pudesse dar conhecimento desta informação a acompanhar, mais de perto, as orientações que a Câmara tomou, agradecia. Há aqui uma informação que o Sr. Presidente dá sobre a disponibilidade para participar no Projecto REVER-MED, vias recicláveis europeias, gostaria de solicitar ao Sr. Presidente da Câmara mais informações, o que é que é isso implica, se implica rectificações de vias, quais os espaços que já estão previstos, se há vias municipais e vias, de gestão do Governo Central, se é uma coisa e outra, se é, no que é que está previsto a Câmara participar, quais as intervenções que terá que fazer para esta participação, quais os estudos que estão previstos. No âmbito da atenção que se vem dando aos imóveis degradados existentes no Concelho da Câmara de Albufeira, tenho conhecimento que a Câmara tem tomado algumas posições, neste caso penso que o mandato de execução de trabalhos tem um prazo de 15 dias, gostava de saber se estes prazos têm sido cumpridos e se estes prazos não têm sido cumpridos quais são as posições que a Câmara tem tomado? -----

Fernando Cabrita - Sr. Presidente: Tomava a palavra para um esclarecimento não só para mim, mas provavelmente para a generalidade dos membros desta Assembleia. Eu gostava de saber, relativamente a este recurso que aqui vejo referido, recurso apresentado ao abrigo do previsto no Decreto-Lei n.º 134/98, de 15 de Maio, processo 590/03, por C.M.E., S.A., no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, no âmbito do processo de adjudicação relativo ao Concurso para Concepção/Construção das Piscinas Municipais, se o mesmo aguarda trânsito em julgado. Portanto, houve uma altura que aqui se falou num parecer feito pelo Consultor Jurídico desta Câmara Municipal, o qual viria fazer desbloquear o andamento deste processo, nomeadamente na questão dos concursos, e talvez a suspensão que se verificava se podia vir pôr termo a ela e esta questão das piscinas avançar. Mas vejo aqui que aguarda trânsito em julgado, então verifica-se que, há já decisão do Tribunal Administrativo de Lisboa sobre esta matéria. É que em certa altura, falou-se na vantagem que houvesse aqui comunicação pontual sobre a situação do processo e em que se informasse

quais as possibilidades e quais as expectativas. Parece que se pensava que o processo podia ser devolvido à Câmara se esse esclarecimento não chegar a se pronunciar, mas, de qualquer maneira, vejo que ainda não está resolvido, parece que o será, mas agora há de facto uma decisão judicial. Eu não sei de cujo teor será, e se houve recurso dela. Parece que se aguarda o trânsito, terá essa decisão sido favorável do ponto de vista da Câmara? É isso que eu gostava de saber. -----

Fernando Anastácio - Vejo aqui uma informação que teria sido consultada à CCDRA, diz-se assim: *"Na sequência da apresentação de uma proposta no sentido de se propor à Digníssima Assembleia Municipal o alargamento da participação desta na Comissão Mista de Coordenação da Revisão do Plano Director Municipal a um elemento de cada força política naquela representada, foi solicitada à CCDRA a emissão de parecer quanto à possibilidade de elementos do órgão deliberativo integrarem a dita comissão."* - Ora bem, pegando um pouco na história deste assunto: a Câmara Municipal deliberou a integração de um elemento da Assembleia Municipal nesta Comissão, veio à Assembleia, houve uma votação e houve um empate, em consequência disso foi posto a ponderação da Câmara alterar a composição desta comissão. A proposta não mereceu alteração e veio novamente para ser agendada. Da discussão resultou uma proposta de recomendação, aprovada por esta Assembleia Municipal, no sentido da Câmara integrar um elemento de cada força política. Nas declarações feitas nesta Assembleia, nomeadamente pelo Sr. Presidente, nunca houve qualquer reserva expressa pelo mesmo relativamente à vontade, pelo menos quanto à participação de um membro desta Assembleia Municipal na Comissão. Verifico agora que afinal questiona-se tal, põe-se dúvidas, pede-se um parecer à CCDRA quanto à possibilidade de um membro do órgão, qualquer membro, seja um, dois, três ou quatro, em participar nesta comissão. Eu gostava de perceber aonde é que estão as dúvidas, porquê a necessidade de perguntar à CCDRA, será que não temos vontade, nem capacidade, do ponto da interpretação do diploma, para decidirmos em função daquilo que é a nossa perspectiva, pelo menos de que um membro, da Assembleia Municipal, órgão que tem que aprovar o Plano Director Municipal integre a Comissão de Acompanhamento. Sem qualquer menosprezo para os Amigos de Albufeira, questionar sequer a possibilidade da Assembleia Municipal estar neste momento neste órgão, na minha perspectiva, por parte do executivo, é um claro desrespeito às competências da Assembleia nesta matéria e não consigo perceber a pergunta que se fez à CCDRA. Fica aqui o meu veemente protesto pela forma como a Câmara Municipal de Albufeira e o seu executivo encara este assunto. De uma forma séria encare-se esta discussão, nomeadamente as solicitações e os reparos feitos nesta Assembleia no sentido de assegurar uma profunda ligação entre o trabalho desta Assembleia em matéria tão importante para o Município como o Plano Director Municipal. -----

Presidente da Câmara - Posso começar por responder ao Dr. Anastácio; penso que não há razão porque se estivesse estado na reunião percebia que aquilo que foi feito não foi com sentido negativo nem com o objectivo de desvalorizar ninguém, tão pouco desvalorizar a Assembleia Municipal. E como eu disse aqui, a minha opinião pessoal é que nesta Comissão tanto pode estar um como podem estar quatro, como podem estar 6, obviamente que a Assembleia Municipal vai depois pronunciar-se sobre a revisão, sobre o documento final. Agora, quando foi colocada esta questão em reunião de Câmara, e face aos indicadores e de algumas dúvidas existentes face à legislação, esse entendimento foi com o sentido apenas

de esclarecimento para que mais tarde ou mais cedo não viesse nenhuma questão que pudesse por em causa, exactamente a composição da Comissão de Acompanhamento; portanto foi feito esse pedido e chegou esta semana, dei hoje conhecimento à Câmara Municipal, e vejam lá que é tão claro e tão objectivo que o documento que veio não diz rigorosamente nada, ou seja, não foram capaz de definir se podem ou não fazer parte da Comissão, portanto, foi apenas um esclarecimento de uma questão que surgiu face à legislação e à composição e não teve outro objectivo, não vejo o porquê desse veemente protesto. Dr. Fernando Cabrita sobre a história das piscinas, eu tinha-lhe dito, é verdade, que até podia pedir ao Dr. Paulo Martins que viesse aqui explicar o processo como jurista, eu não sei explicá-lo em termos de trânsito em julgado, em termos da conclusão, o que sei é que o Dr. Paulo Martins produziu um parecer que garantiu à Câmara, até porque houve momentos em que este parecer não tinha condições de o fazer, independentemente das necessidades e da vontade que nós queríamos do processo resolver, houve um determinado momento em que ele entendeu produzir um parecer documentado em toda a documentação que tinha, o que eu posso fazer é pedir que ele faça um documento explicativo e que transmita. Daquilo que eu tenho falado com ele nada veio, nada põe em causa a deliberação de Câmara da evolução do processo. Eu não tenho nenhuma informação diferente daquela que eu disse aqui da última vez e que levou ao avançar de um processo que esteve parado muito tempo. Se houvesse estou convicto que o Dr. Paulo Martins pela responsabilidade que tem por aquilo que eu conheço teria no dia e na hora se tivesse alguns elementos que pudesse pôr em causa esta. Sr. Arquitecto Ferro há aqui 4 questões: - 1.^a Relativamente àquilo que se fez no Largo Duarte Pacheco, havia lá um canteiro pequeno na zona onde estava o palco, mas o facto é que não tinha nenhuma vida porquê, porque a partir do momento em que há espectáculos em que há um aglomerado de pessoas ali, aquele canteiro seja com vedação seja com o que for estava sempre pisado, estava sempre maltratado, portanto, o que se fez foi tirar um pequeno espaço que lá estava e pavimentá-lo, obviamente que aquele jardim vai ter eventualmente um outro estudo, um outro projecto, uma outra clarificação foi apenas um outro espaço onde foi feita essa intervenção. 2.^a - Sobre a CCDD e a revisão do PDM, o documento que foi enviado, é um documento que tem sido trabalhado na Câmara, que a Câmara tem procurado, introduzir e clarificar aquilo que se pretende, em termos das sugestões, em termos dos equipamentos, em termos das infra-estruturas, tem sido um documento que tem ido à reunião de câmara, que tem sido verificado e que depois em função da análise tem sido enviado como documento de suporte, para as diversas fases do Plano Director, da Revisão do PROT Algarve, esses documentos estão na autarquia podem ser entregues aos grupos parlamentares, o Arquitecto Melo fará um apanhado de toda a documentação que foi entregue para os 4 grupos parlamentares e para o Sr. Presidente da Assembleia Municipal. 3.^a - Sobre os imóveis degradados, nós temos feito uma série de contactos, já recebemos na autarquia praticamente todos os proprietários dos prédios, há alguns que já começaram a fazer as melhorias, outros já encerraram, outros têm sido complicados porque são muitos herdeiros, outros são difíceis de contactar, mas estão todos identificados, alguns pedem algum tempo, mas há aqui uma preocupação e há já duas ou três situações que nós fizemos a intervenção. Esta é uma situação relacionada com aquela Fábrica do Cabrita, onde neste momento penso que para a semana, se tudo correr bem, deverá ser feita essa intervenção no sentido de melhorar aquela desgraça, tapar aquilo,

fechar aquilo, inviabilizar a entrada de gente lá para dentro e ao mesmo tempo pintar aquilo face à utilização daquele prédio, porque aquele prédio está no processo do Polis e porque se está a negociar em termos de aquisição, de expropriação, o necessário face à intervenção.

4.^a - Este processo das vias cíclicas, é um processo que tem haver com um programa entre o Algarve e Andaluzia está a ser tratado no âmbito da Amal, são essencialmente vias camarárias, vias que tenham alguma possibilidade de ao lado fazer o percurso ciclável, e que o Vereador Paulo Pescada tem insistido e tem estado nas reuniões e penso que da equipa técnica, elementos da Divisão de Planeamento e elementos da Divisão da Rede Viária, e tem sido um objectivo para que a intervenção seja uma intervenção nas vias onde se possa fazer, há outras que eventualmente não se conseguia, é nas vias para que o percurso tenha continuidade desde Vila Real de Santo António.-----

Pedro Ferro - Mas há intervenções a fazer nas vias?-----

Presidente da Câmara - Há um programa, que depois será aprovado, será candidatado e depois cada concelho participará, mas neste momento como deve calcular não tenho valores quantificados para lhe dar. -----

Fernando Cabrita - Eu de qualquer maneira solicitava que se insistisse, não propriamente para incomodar o consultor jurídico para cá vir, mas se alguma razão possa levar ao desconhecimento do parecer, tudo bem. Se não houver, obviamente que gostávamos de ter conhecimento de todo o parecer, que, embora seja um parecer jurídico, tem as suas conclusões, para que, pelo menos essas, poderem ser apreciadas pela Assembleia; e, por outro lado, não crendo ainda que a decisão tenha transitado em julgado, digamos que não é definitivo, portanto há que aguardar pela consolidação desse acórdão, aí teremos que esperar. Mas, pelo menos, um esclarecimento sobre se houve avanço desse processo judicial que estava pendente relativamente ao qual pensava que não havia ainda decisão. Ora, se agora já se sabe que há decisão e os trânsitos em julgados são prazos relativamente curtos, gostava de saber da possibilidade de, uma vez transitado em julgado, se poderíamos ter conhecimento do acórdão. -----

PONTO SEGUNDO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal do Inventário do Património respeitante ao ano de 2003, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----

Fernando Anastácio - Começo por fazer uma crítica, em 1.º lugar a mim próprio e à bancada do Partido Socialista e se os outros depois quiserem comungar desta autocrítica, cada um que a assuma. Acho inconcebível que se tenha nesta assembleia aprovado, em 2002, o Património, estamos agora perante correcções e variações de números que mesmo que nós não tivéssemos noção nenhuma do que é que estamos a votar, acho por obrigação de sermos sensíveis a números, relativamente aos quais tenho alguma dificuldade de compreensão, atenta a sua extensão, aliás, como poderão verificar. A conta de 2002 foi agora reaberta, foram feitas correcções, explicam-se com, alguns erros informáticos, mas temos aqui contas cuja variação é de tal maneira significativa que nos obriga a todos nós, no futuro a termos uma atenção especial e gastarmos algumas horas, para fazermos um juízo e não votarmos coisas com estes erros, porque de facto, as variações verificadas e particularmente aquela verificada na conta 04.04.05/04.05.03 é um número tão grande que

ultrapassa qualquer compreensão razoável, no mesmo espaço sem a devida comparação, portanto, não vamos discutir agora questões sobre critérios de avaliação do Património, no espaço, no tempo em que ela é feita. Hoje há regras que o definem, há programas, não queria era deixar passar este momento sem fazer um apelo a cada um de nós para que no futuro, sei que às vezes podemos ficar diminuídos, em função da quantidade de papel, mas sinceramente estas questões merecem que sejam olhadas com cuidado, para que não venham números tão diferentes e de um ano para o outro, o Município de Albufeira seja no futuro confrontado em reabrir algumas contas e corrigir valores desta natureza. -----

Presidente da Câmara - Eu em relação a isto, pois obviamente, é um documento essencialmente técnico, é um documento de inventário que penso que ninguém consegue ler, eu também faço a minha crítica que não consigo explicar esse documento do princípio ao fim, agora obviamente se houver algum esclarecimento eu posso pedir aos serviços para que não fique na dúvida de toda a gente o que é que aconteceu, o que levou a isso, eu pedia alguma informação pelo menos para se perceber o documento e no fundo também esclarecer porque é que se teve de fazer estas alterações tão significativas conforme disse o Dr. Fernando. --

Joaquim Costa (Chefe Divisão Património Aprovisionamento) - Houve um lapso nosso na transposição de valores, inserimos em escudos quando deveria ter sido em euros, não sei se o computador não fez a conversão, se fomos nós que erramos. Há aqui um valor que se introduziu a 50% em vez de 5%, o programa em si também funciona mal, fizeram um programa novo queriam abrir concurso mas também não se chegou a conclusão nenhuma. ----

Fernando Cabrita - De qualquer maneira está reconhecido um lapso e corrigido. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca a votação o ponto. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: (0).-----

Abstenções: (2) Manuel Meirinho e Fernando Neves. -----

Votos a favor: (24) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Carlos Gabriel; José Sequeira; Carlos Quintino; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Helder Sousa; Pedro Ferro; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Adolfo Gregório; Francisco Oliveira; Francisco Guerreiro; José Paulo Aboim; Berto Palma, Fernando Gregório e Paulo Freitas. -----

Aprovada por maioria dos presentes. Não se encontrava presente o Sr. Eduardo Medeiros. -----

PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal dos documentos de Prestação de Contas do Município de 2003, incluindo a proposta de aplicação de resultados, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Fernando Anastácio - Confiámos a apreciação da conta de gerência e do seu resultado fazendo obviamente dois tipos de análise. Uma é uma análise evolutiva, uma análise comparativa digamos assim, sobre aquilo que tem sido a execução do Município de Albufeira, e tanto quanto recorde essencialmente comparado com o ano passado, mas sem pontualmente também olhar em relação a 2001. Penso que as trevas nos últimos anos serão suficientes como baliza, para análise comparativa daquela que é a actividade do Município e

a gestão deste ano de 2003. Também tivemos a oportunidade de fazer alguns exercícios de análise, nomeadamente em relação a outro factor que é sempre de ter em consideração, a comparação entre aquilo que se executa e aquilo que se ameaça pretender executar quando se faz o orçamento. Nós sabemos que o orçamento é isso mesmo, é uma previsão, que há um designo de executar o mais possível esse orçamento, mas não deixa de ser do ponto de vista da avaliação do resultado, interessante analisar qual foi o prejuízo e de vermos aquilo que de facto fomos capazes de fazer, ou seja, se não subestimamos ou se sobreavaliámos as nossas capacidades de execução. Há três ou quatro questões que nos parecem marcantes neste exercício, 1.º o agravamento daquilo que se tinha verificado no ano passado, ou seja uma deficiente capacidade de execução em despesas de capital a investir, se não estou enganado em 2001 executou-se qualquer coisa em termos de despesas de capital na ordem dos 21 a 22 milhões de euros, recordei que foi o último ano da gestão do Partido Socialista, em 2002, mas aí na altura o Sr. Vice - Presidente, na Assembleia, da Guia, quando discutimos isto, justificava-se, vá lá com alguma complacência sobre isso que era ano de chegada, que tinham que reavaliar projectos, tinham de reorientar algumas prioridades, por aí fora, mas foi executado qualquer coisa como 16 milhões de euros, ou seja, uma quebra de 6 milhões de euros de um ano para o outro, mas este ano já vamos à velocidade de cruzeiro, um ano em que as coisas já estão no sítio, conseguiram executar menos que no ano passado, não chegaram aos 15 milhões, números são números, a despesa do capital, a despesa reprodutiva é a despesa que gera investimento, gera riqueza, é a que nos garante o dia de amanhã e sobre isto o juízo é crítico. Não executaram, comparativamente àquilo que orçamentaram, ou seja, mesmo pegando naquilo que eram as expectativas no início do ano ficaram-se por uma execução que anda na ordem dos 50% daquilo que estabeleceram como objectivo, ou seja, comparativamente, e em função àquilo que se propuseram, quem prevê fazer investimento de qualquer coisa como cerca de 30 milhões de euros e acaba por levantar 15, temos que ter explicações muito fortes para justificar um desvio desta natureza. Mas por outro lado depois temos a despesa, aquela despesa do funcionamento, aquela despesa por exemplo que o Partido Social Democrata é muito sensível, a que a Dra. Manuela Ferreira Leite é muito sensível, de que nos fala todos os dias, aqui nesta matéria posso-vos dizer que entre 2002 e 2003 aumentaram-na. A despesa com o pessoal aumentou em qualquer coisa como 9%, mas este número não é verdadeiro, verdadeiro é o exercício contabilístico porque o número é maior, porquanto não consideraram o aumento dos encargos com a componente social e portanto isto vai cair em qualquer coisa como 10%, portanto, aumentaram num ano as despesas com pessoal em aproximadamente 10,5%, isto são factos, o juízo político fica para nós e fica para o povo quando votar. Outra coisa interessante, orçamentaram receber de impostos, nomeadamente impostos directos, estou a falar do actual IMI, antigamente autárquica, orçamentaram receber qualquer coisa como 10 milhões de euros, receberam 11 milhões e tal, mas em relação àquilo que executaram no ano anterior nesta rubrica aumentaram mais que 2 mil milhões de euros, e em relação à antiga SISA aumentaram 2 milhões e tal, ou seja cerca de 6 milhões de euros a mais em impostos directos, a pergunta é: Porquê é uma gestão do Município precisa de tirar mais 6 milhões de euros dos bolsos dos contribuintes e depois não é capaz com esse dinheiro de executar o investimento que se propõe? Meus amigos, um concelho, deixem o dinheiro com os contribuintes, com as empresas que aí é muito mais reprodutivo, aliás vamos ter oportunidade de ver quando for

da avaliação da execução orçamental o reflexo de mais este aumento do IMI, se o crédito que os Municípios de Albufeira têm sobre o actual executivo são estes 6 milhões de euros ou é ainda maior. Mas espanta falar em grandes números, podendo dizer-se está bem mas se calhar as pessoas, se calhar são mais sensíveis num aspecto do que noutros, mas se calhar não é bem assim. Por exemplo, na Educação menos 58,6%, na Saúde menos 48,46%, na Habitação menos 59,65%, na Acção Social menos 19,44%, nos Equipamentos Desportivos menos 82,62%, na Cultura menos 32,26%, este é o apreço que este executivo tem pelas questões importantes como são Equipamento Desportivo, Cultura, Habitação, Educação, Saúde, são desvios relativamente à própria intenção do executivo confrontar o orçamento aprovado para 2003, mas se formos ver bem outras rubricas, estamos a falar das rubricas sociais, se formos por exemplo para o ordenamento do território menos 42,37%, no Abastecimento de Água menos 52,3%, na Protecção do Meio Ambiente e da Natureza menos 49,49%, nos Transportes Rodoviários menos 37,24%. São rubricas não são projectos concretos. Piscinas Municipais, um investimento global de 5,672 milhões de euros, executado até ao momento 0,08% do investimento global executaram 4.462 euros, Pavilhão Municipal executado 0%, não mexeu, Biblioteca Municipal, está em andamento mas mesmo assim só executaram 32,8% do orçamentado e no global do projecto está executado somente 11,25%, Polícia Municipal, tem haver com a segurança, mas já sei que me vão responder que é por causa do governo, que o Governo não avançou, era um objectivo deste executivo, executado 0% de 338 mil euros, e já agora a Central de Camionagem que está no Plano, os Transportes que estavam no Plano, 0% de execução. Portanto meus amigos já não falo do Polis, não é uma execução directa da Câmara, mas esse a perspectiva que nos foi dada aqui na Assembleia Municipal foi que até 2005 tínhamos para aí mais ou menos 25% do investimento global. Este é o comentário comum, esta é a crítica comum e o único juízo que podemos fazer é que de facto este executivo hoje, esta Câmara Municipal consome em funcionamento praticamente 70% das suas receitas, aliás se forem ver à informação do Sr. Presidente isto já não é só em 2003, se forem ver à informação do Sr. Presidente, a que reporta a Março de 2004, portanto, o 1.º Trimestre, as despesas de funcionamento neste momento relativamente à despesa total consomem 73,36%, ou seja já é pior ao fim do 1.º trimestre do que era em 31 de Dezembro findo. Por este caminho não vamos rigorosamente a lado nenhum, metade deste mandato já passou, a execução, a capacidade de executar, a capacidade de criar riqueza, a capacidade de desenvolver projectos e constrangedora. Prejudica-se claramente o Município de Albufeira porque muitas das receitas de capital têm origem na contratualização com o estado, têm origem nos fundos comunitários e em última análise terão origem nos empréstimos bancários, mas por não serem capazes de executar e fazerem investimento em capital tem consequência no deferir as receitas de capital, as transferências da Administração Central através da contratação, dos contratos - programa, dos fundos comunitários, não venham para o Município de Albufeira e portanto mais uma vez estamos a revelar uma incapacidade de acautelar o nosso futuro. É com alguma ironia, perdoem-me a expressão, mas acho que no meio de tanta desgraça, às vezes, temos também, quanto mais não seja para nos confortarmos, eu diria que esta não é mais que uma gestão em plano inclinado, a deslizar como os números, vamos dar-lhe uma ajuda meus amigos, quanto mais não seja com estes comentários para ver se de facto o trambolhão, que seja do executivo que é o menos, mas que o trambolhão não seja tão grande e perceptível para

Albufeira. -----

Francisco Calhau - Pode-se dizer que era de esperar, trata-se de um relatório e permite fazer alguma análise do brilharete do pessimismo, até com alguma demagogia, dizer que as despesas do capital, relativamente àquilo que estava previsto repartidas em 50%, quer dizer que já não falamos do Polis, até porque as despesas do capital estão reduzidas a 50% essencialmente devido aos problemas que existem no Polis e os problemas que houveram processuais com as piscinas, mas digamos relativamente a isso à apresentação dos números poder-se-á pois pedir o apoio por parte dos técnicos, pois os números são o que são, para ver se efectivamente é verdade ou não. Que são os dois grandes problemas que levaram a que as despesas de pessoal na realidade representam 50% do previsto, primeira questão. Segunda questão, dizer que as despesas de pessoal, na realidade estão lá 10%, são 9,99 pois até são mais daquilo que não consideram os encargos, quanto a mim as remunerações directas representam 6,5%, se calhar os encargos é que são os 9,99, é outra questão que valia a pena rever, mas nas remunerações directas comparadas entre 2002 e 2003 o acréscimo é de 6,5%, é outra correcção que vale a pena fazer. Mas estamos aqui perante duas situações que são estas, a Câmara depende nesta parte do seu insucesso, que até aqui foi referido e não vale a pena dizer o contrário, a depender de terceiros, continua a depender de terceiros, é evidente que isto vale o que vale, depende das indefinições que continuam com o Polis, depende dos problemas processuais que aconteceram e até inclusivamente nas receitas de pessoal que aqui estamos a falar, depende de terceiros, estava previsto haver uma receita relativamente às Águas do Algarve, que não se efectivou e que também influi na receita. E esta dependência de terceiros tem de ser de facto apontada, aqui como uma das componentes importantes para este insucesso, obviamente que o PSD também gosta e o PS referiu, se haver duas hipóteses de minurar os impostos sobre os seus munícipes, a contribuição autárquica, o PSD tem uma história dentro desta Assembleia, digamos de combater contra os aumentos fantásticos, agora só queria recordar uma coisa, quando o PSD entrou havia um argumento aqui chamado Relatório Financeiro do Polis que dizia inclusivamente que para cumprir o Polis tínhamos que ir buscar receitas, e que os munícipes deste concelho teriam que pagar os custos eventuais deste, parte deste processo, onde está assumido desde princípio ainda não tínhamos entrado, lá estive que ir buscar novamente o documento, o que é que a Assembleia fez foi continuar efectivamente a precaver a parte das receitas na expectativa de que uma vez por todas a questão Polis avance, as receitas não se fazem de um dia para o outro. Mas por exemplo outra coisa interessante com que se faz esse balanço, porque é que de 2001 para cá havia uma situação engraçada que era os encargos assumidos, esses que dependem essencialmente de uma boa gestão da Câmara reduziu em 50%, uma análise que também vale a pena fazer, portanto uma política da Câmara virada para quem presta serviços em que na realidade relativamente ao passado os seus compromissos estão a ser cumpridos a tempo e horas, aqui não há dependência de terceiros, aqui a Câmara pode executar uma política correcta, evidente que pegar e ver os desvios como o Sr. Deputado apontou e que são aliás, pois não há dificuldade nenhuma em prever que os desvios são esses a partir do momento em que as despesas de capital previstas estão reduzidas em 50% e que as receitas também estão reduzidas, também não é difícil de prever que a componente das despesas correntes das despesas totais aumenta, já que as despesas de capital são reduzidas, mas o que é um facto é que as receitas correntes

cobrem as despesas correntes, admitimos que continuará ser sempre uma boa política tentar fazer uma política de gestão no sentido de diminuir as despesas correntes, achamos que sim estamos todos de acordo, mas o que é um facto é que o que apontou pesa o que pesa porque não há despesas de capital previstas como estavam se não tinham um bolo muito maior e essa componente das despesas correntes não se lia com o peso que lá está, portanto eu acho que há aqui este jogo de números que efectivamente foi bem jogado mas que na nossa opinião acho vale o que vale e que não merece o ataque que foi feito porque na realidade é um ataque sobre o executivo, nas competências que o executivo directamente não pode dominar. -----

Miguel Mesquita - Eu só queria um esclarecimento relativamente aos valores do orçamento na série inicial da despesa, na rubrica Outras Despesa Correntes, é orçamentado 725 mil euros e foi realizado 1.507.298,18 euros, são desvios significativos, só queria que me esclarecesse aonde se enquadram estas Outras Despesas Correntes. -----

Fernando Anastácio - A resposta àquilo que disse o Sr. Deputado Calhau, é obvio que o Polis não tem nada haver com estas questões, porque os aproximadamente 50 milhões de euros do investimento Polis não é um investimento directo na Câmara Municipal de Albufeira, portanto não misture o que não é misturável, a única coisa que aqui conta é a contribuição da Câmara Municipal de Albufeira na realização do capital social da Sociedade e aquelas obras que não são da responsabilidade da Sociedade Polis mas têm que ser executadas em articulação com a Câmara Municipal e que de alguma maneira se interligam com as obras do Polis. Não conta aqui para o investimento, ou seja a execução da Sociedade Polis, S.A. não conta como execução do orçamento da Câmara Municipal de Albufeira, portanto Sr. Deputado aconselho-o a ler, a ver os papeis, pois parece-me de facto estar desfasado. A Câmara realizou e bem, pagou as suas componentes de capital e realizou o capital social que estava obrigado na Sociedade Polis Albufeira de acordo com o Acordo Social, o que não fez o Governo, o Governo da República, o Governo PSD, isso é outra questão, hoje não estamos aqui a discutir o Governo PSD e nessa matéria mais uma vez de facto, os munícipes, o Concelho de Albufeira, é prejudicado, porque se afectam recursos a um certo e determinado investimento por não se cumprir os compromissos contratuais, são compromissos contratuais não são meras declarações, é um contrato de Sociedade, há um Acordo Social assinado, as obras têm de avançar. Quando faltam receitas de capital isso ocorre precisamente por, uma das razões muitas receitas de capital não se produzem é porque não se faz o investimento programado, porque concerteza se a biblioteca não tivesse executado 11% do previsto, se tivessem 50% do previsto, concerteza que a contribuição do Estado Português que é de 50% não seria a que foi, portanto a receita de capital inerente a essa obra, não seria aquela seria mais, se fizessem as obras por exemplo, as obras que são financiadas pelos fundos comunitários, pelo QCA III, dentro dos planos previstos e conforme perspectivavam, as comparticipações dos fundos comunitários concerteza teriam entrado também, realizar obra pagar a sua componente nacional implica receberem a componente do financiamento externo, mas como não se executa, como as obras derrapam, como se atrasam obviamente que se reduzem as receitas de capital, é dos livros, acontece, e só acontece a quem não é capaz de fazer. Pode-me dizer que havia uma dívida, uma dívida a terceiros, a fornecedores no final do ano de 2001 que hoje está saldada, é verdade, mas também é verdade que o endividamento aumentou, também é verdade que os juros

aumentaram, e também é verdade que a falta de capacidade de investimento coloca o Município de Albufeira, independentemente dos constrangimentos que o Governo coloca ao endividamento dos Municípios, numa faixa onde é pouca a capacidade de endividamento. Porquê? porque não se investe porque se investisse esse parâmetro subia, que é sempre o mais alto deles, de acordo com as regras que o definem, e portanto o não sermos capazes de investir, reduz-nos a capacidade de encontrarmos financiamento que potencie o desenvolvimento, portanto Sr. Deputado eu não vou discutir agora consigo essa questão porque sinceramente as conclusões não são grande orgulho para si. Pois é Sr. Deputado, você também no passado era contra os aumentos dos impostos, de facto era mal, mudou, foi de posição quando chegou ao poder, mas isso explicasse com aquele mimetismo que corre do posicionamento de onde está, ou seja, era sempre de contra os aumentos de impostos, nos últimos dois anos vota a favor da fixação do IMI nos valores quase que mais altos. Porquê? Estamos a mostrar que de facto vota a favor, aumenta os impostos e o seu executivo executa menos no capital produtivo, nas despesas produtivas que o executivo que o Sr. criticava executava, isto é a realidade e agora desminta estes números. A posição final do Partido Socialista sobre esta matéria é óbvia, é de votar contra, por razões estritamente políticas que são aquelas que estão aqui fundamentadas, esta gestão revela capacidade e nós assumimos isso e votamos contra as contas que nos são apresentadas e juntamente leremos uma declaração de voto na altura da votação. -----

Francisco Calhau - Eu só pedia, abrir algumas das coisas que apetece debater como a questão do preciosismo como fizeram essa argumentação, quando se fez a argumentação do 9,99, evidente que podias ter dito 10, não 9,99, e foste dizer que isso não é bem assim pois porque na realidade faltava os encargos por que ia passar, e fomos debater esse número na realidade era essencial, o preciosismo não foi nosso, essa é uma das questões. Outra questão, continuamos a dizer que o Polis é incontornável, continua a ser um problema incontornável, continua a ser aqui um fantasma da realidade, até para o PS tem sido algumas, continuamos a afirmá-lo, o Polis condiciona, infelizmente tem conseguido condicionar pela negativa qualquer acção deste executivo ou de qualquer outro que cá estivesse, é evidente que criaram-se expectativas, criaram-se umas expectativas extraordinárias, imaginárias até, que isto ia correr tão bem, que se viu logo no princípio que não iam e depois a partir de determinada altura, é evidente que o Governo que se seguiu tem as responsabilidades que tem no insucesso do Programa Polis, terá as razões que quiser apresentar, nós não estamos aqui a falar do Governo, estamos a dizer aqui que não é da Câmara as responsabilidades do Polis não andar, é uma condicionante tremenda dos objectivos da Câmara, todos os impasses que se passam com o Polis, é da responsabilidade do Governo esses impasses, é sim senhor, não nos compete fazer a defesa do Governo, compete efectivamente aqui analisar objectivamente o que é que não está a ser cumprido, e portanto, não vale a pena dizer que o Polis não tem nada a ver com isto, porque isso é dizer que o Polis não vale nada, foram os senhores que disseram desde o princípio que o Polis era das coisas mais importantes que se podia fazer em Albufeira nos próximos anos como elemento estruturante da própria cidade, o Polis condiciona fortemente os objectivos que a Câmara tem e continuará, esta ou qualquer outra Câmara, se os senhores cá tivessem acontecia-vos precisamente a mesma coisa. Quanto à questão dos impostos continuo-lhe a afirmar que eu não mudei absolutamente nada nisso, o Município de Albufeira tem que

aventar a necessidade "está lá escrito de que todos os munícipes terão de contribuir eventualmente para que os objectivos do Polis possam ir por diante, nomeadamente através dos impostos como seja a contribuição autárquica, e na realidade isso é um facto, via ter que acontecer, e não vale a pena esperar aqui a defender uma coisa que é impossível defender, a receita é necessária, se o Polis desencravar, é necessário desencravar-lo e andar com ele rapidamente, e portanto o Município prepara tudo o que é e que está à sua mão para efectivamente quando alguém desencravar o processo e possa andar o mais depressa possível, é essa a situação em que estamos. -----

Presidente da Câmara - Gostaria só de prestar dois esclarecimentos, ou não vou obviamente, não vou responder ponto a ponto, nem sequer fazer grande intervenção política, foram abordados aqui alguns pontos que me parecem importantes e foram aqui identificados alguns investimentos que não foram iniciados e que não estão concluídos, de qualquer das maneiras as piscinas municipais, acho que não vale a pena e acho que nem sequer o Sr. Deputado, o atraso efectivo nas piscinas municipais sabe perfeitamente que foi um dos grandes factores que levou a que o investimento não tivesse aumentado, e as piscinas municipais em condições normais estariam praticamente executadas, a razão das piscinas municipais neste momento ainda não estarem executadas é que ainda no mandato anterior que ainda fazia parte houve digamos aqui uma vontade muito grande de fazer aquilo à pressa e depois esbarrou contra o Tribunal de Contas e portanto o processo foi todo reiniciado, depois houve aquela reclamação e toda a gente sabe da situação porque é que as piscinas municipais não estão, não contribuíram para este investimento, acho que isso é tudo um bocado de demagogia com as piscinas, eu até aceito outras, das piscinas municipais não posso aceitar porque é uma verba demasiado grande e toda a gente percebe porque é que as piscinas não estão no terreno, a biblioteca municipal está praticamente concluída, a polícia municipal toda também a gente sabe que este Governo não definiu ainda a estratégia das polícias municipais, toda a gente sabe que eu fui assinar um protocolo no dia 17 de Fevereiro de 2002, o protocolo tinha vindo e foi do Governo anterior e quando este governo tomou posse, o protocolo não tinha sido cabimentado à entidade, nem aquele nem outros todos que andaram lá assinar a fazer figuras de parvo, há situações que a evolução não foi feita e que bastava cabimentar, há uma série de questões, os transportes rodoviários de que falou, já estão adjudicados e começaram a funcionar, a central de camionagem, o projecto já está executado, o Polis também, as obras e as verbas que nós tínhamos para as infra-estruturas de intervenção não estão porquê? Porque todo o processo tem sido atrasado e a Câmara é quem menos culpa tem neste processo, de qualquer das maneiras eu custa-me às vezes, eu percebo, eu aceito as críticas até porque na política é assim que se faz, mas não ouvi ninguém falar no investimento das pessoas, e as despesas correntes e essas despesas tem haver com o investimento nas pessoas, tem haver com investimento na educação, continuamos a ter um parque educacional e técnicos competentes ao nível regional e nacional, investimos na acção social, no apoio à juventude, temos o apoio às instituições, que ao contrário de todas as Câmaras do Algarve e de todo o País, toda a gente reduziu o apoio aos clubes, nós mantivemos e temos dado apoios, isto é investimento que não conta para o endividamento mas é investimento nas pessoas, portanto eu acho que muitas vezes os números são o que são, é evidente que é fácil e ninguém gosta de não investir, não fazer as obras todas em tempo útil e no melhor tempo possível, mas temos que começar a pensar cada vez mais na


sociedade como as coisas estão e temos que pensar que para termos uma boa educação temos de ter bons técnicos qualificados, para termos uma biblioteca temos de ter bons técnicos qualificados, para termos apoios sociais e domiciliários e acção social e acompanhamento dos jovens temos de ter gente qualificada, para ter tudo isto temos de ter gente competente, são recursos humanos não faz parte do investimento para o endividamento mas fazem parte do investimento para aquilo que é claramente a formação das pessoas neste concelho, que é isto que nunca fica clarificado e portanto é preciso aceitando algumas das críticas que foram feitas nas é preciso que também se entenda que cada vez mais as exigências que são colocadas perante a sociedade e perante os munícipes, perante a instituição Câmara Municipal nos obriga cada vez mais que tenhamos que investir também nas pessoas e criar as condições, ainda à pouco o Sr. Presidente diz que precisa de mais gente para a Freguesia da Guia, concerteza que os outros também quererão, por exemplo naquele equipamento que foi aberto na Guia no Domingo estarão lá uma ou duas pessoas que eventualmente terão apoio, são recursos humanos, é mais investimento em pessoal, muitos vezes os políticos e quando se faz esta conjuntura não se vê o investimento que é feito em função das pessoas, e esse obviamente que não conta para o investimento, nem conta para o endividamento. -----

Vice - Presidente da Câmara - Só queria dizer duas ou três coisas, mais ou menos algumas generalidades, porque é um facto os números não enganam como o algodão, mas os números são consequências de algumas causas e as causas algumas delas já foram aqui bem explicadas, a questão do Polis, a questão da não contratação para as áreas do Algarve, em termos de infra-estruturas que cedemos, a questão das piscinas, o porquê de não se realizarem em 2003, a questão do Pavilhão de Paderne, uma situação que confrontamos complicadíssima com a questão do terreno e está quase a ser desbloqueada, mas que não foi desbloqueada a tempo, e o que não foi feito em 2003 vai ser feito em 2004 concerteza, quem ouvir isto pela primeira vez vê aqui uns desvios, fica um bocado assustada se calhar até por alguma razão, agora as coisas têm de ser explicadas, temos de ser honestos nas nossas intervenções. O investimento em termos de pessoal, o aumento em termos de pessoal, obviamente que não quer dizer que é muito um aumento em termos de n.º unidade que foram contratados, pode algumas vezes ficar dúvidas sobre isso que aumentamos assim desmesuradamente a quantidade de pessoas contratadas para os serviços da Câmara, é que repare ao longo deste tempo para além dos parcos aumentos que houve ao nível de funcionários que toda a gente sabe que a partir de mil euros não foram aumentados, há todo um processo e há vários processos de prosseguimento nas carreiras, subida de escalões, subida de índices, isso também reveste-se e revela-se no aumento. Nós também não queremos mais espaços verdes sem termos mais pessoal, nós não queremos ter um Gabinete de Apoio à Juventude sem termos mais pessoal, nós não podemos ter um Gabinete Municipal de Apoio Psicológico e Psicopedagógico sem termos mais pessoal, nós não podemos ter Espaço Internet e Espaços de Formação sem termos mais pessoal, nós não podemos ter mais espaços de ATL sem termos mais pessoal. Sobre a questão que o Miguel Mesquita apresentou, essa parte deve-se essencialmente a uma situação de crédito individual e tem haver com impostos, que é quando as pessoas reclamam e depois tem de ser devolvido algum dinheiro sobre sisas e contribuições à parte, e foi precisamente isso que aconteceu, não são situações sempre muito facilmente prever, não é muito fácil de prever o quantitativo que

será, e evidentemente o Sr. Presidente à bocado disse e acho que é extremamente importante é a aposta no investimento das pessoas, enquanto nós como pais, como região, como autarquia não apostarmos nas pessoas, nós não vamos a lado nenhum, eu costumo dizer veja-se o exemplo da Irlanda, o exemplo da Irlanda é um exemplo paradigmático do nosso bloco europeu. -----

Fernando Anastácio - Apresenta declaração de voto. (Doc. 1)-----

(doc. 1)

 **Partido Socialista**
Grupo do Partido Socialista
Assembleia Municipal

DECLARAÇÃO DE VOTO

Albufeira, 27 de Abril de 2004

Assunto: Conta de Gestão - Exercício de 2003;

Estamos, hoje e aqui, na Assembleia Municipal de Albufeira, a apreciar e votar a conta de gestão do Município de Albufeira relativa ao exercício de 2003.

Para que todos estejam conscientes do que vamos apreciar e sobre o que vamos deliberar, quero referir e ter presentes alguns factos (números) fundamentais: daqueles que têm a gestão da execução municipal PSD.

Uma boa execução pressupõe, como é lógico, uma previsão adequada, sendo que os desvios significativos em circunstâncias algumas são um factor positivo. Em sede de aprovação do orçamento bem como das grandes opções do plano chamamos à atenção para a falta de perspectiva e de rumo bem como da manifesta insustentabilidade que evidenciava o orçamento e o plano então apresentados e aprovados pela maioria PSD/PP.

Hoje, em sede de apreciação da sua execução, os nossos piores receios vieram a confirmar-se, integralmente.

Quando se comparam as receitas correntes e de capital ordenadas com a execução efectuada verificamos desvios extremamente significativos, sendo hoje se o recado de capital que foi ordenada em 29.984 milhões de Euros, a qual teve uma execução com um desvio de 66,49%, ou seja, só foram executados 10.852 milhões de Euros.

Mas se olharmos em intenção o ordenamento em termos de despesa de capital, de cujo do investimento reprodutivo, verificamos estamos perante um desvio de 44,30%, ou seja dos 27.054 milhões de Euros ordenados, só se conseguiram executar 15.068 milhões de Euros. Mas se esta comparação se fizer em sede do Plano Plurianual de Investimentos o desvio verificado sobre então para 47,26%.

Contas que todos estamos de que não executar investimento é desperdiçar recursos e pôr em causa o nosso futuro colectivo, mais grave se torna quando se constata que funções sociais sofrem desvios negativos, como, por exemplo, a educação -50,0%, a saúde -48,6%, a habitação -79,05%, a acção social -39,44%, os equipamentos desportivos -82,62%, a cultura -32,28%, exemplos sintomáticos do como são valizadas as questões sociais e os aspectos pelo actual executivo PSD.

Mas também será importante verificarmos que outras áreas, não menos importantes, apresentem desvios significativos no que toca à execução do investimento previsto, por exemplo: no ordenamento do território -42,67%; no abastecimento de água -52,38%, na protecção do meio ambiente e conservação da natureza -40,29%, nos transportes rodoviários -37,24%; ou seja, a incapacidade não se revela de forma sectorial mas é transversal, manifestando-se em todas as áreas da gestão, quando se estuda o fio de orar riqueza ou investimento reprodutivo.

Mas, para uma visão mais global, importa também analisar a despesa numa perspectiva evolutiva, sem ser necessário compararmos com os anos anteriores à actual gestão, contanto que todos estamos de que em 2002 a generalidade dos ramos negativos da despesa revelaram uma degradação e agravamento relativamente a 2001. Ficamos então pela comparação com o ano de 2002.

Em termos, para que não se diga que isto é um a abstracção gratuita e sem correspondência, podemos tentar que:

- a despesa corrente entre 2001 e 2002, aumentou de 22.646 milhões de Euros para 32.558 milhões de Euros, aproximadamente 50%;
- a despesa de capital entre 2001 e 2002 diminuiu de 21.235 milhões de Euros para 15.479 milhões de Euros e, em 2002, ficou-se pelos 16.191 milhões de Euros.

É o que se pode chamar: uma gestão em plano inclinado!

Em sede de despesa corrente, despesa não reprodutiva:

A despesa com pessoal subiu de 2002 para 2003 +9,89%, mas se lhe adicionarmos os encargos sociais, subiu efectivamente +10,49%;

A despesa com aquisição de serviços subiu de 2002 para 2003 +14,12%;

A despesa com aquisição de bens subiu de 2002 para 2003 +20,59%;

Em sede de despesa de capital, despesa reprodutiva:

A despesa em aquisição de bens de capital desceu de 2002 para 2003 -17,07%, reduziu de 15.327 milhões de Euros para 12.768 milhões de Euros.

Em síntese e relativamente a 2002, a despesa subiu globalmente +6,60% sendo que a despesa corrente subiu +10,01% e a despesa de capital desceu -8,46%.

Mas ainda sobre a temática da despesa, não podemos deixar de chamar a atenção para o facto de que a despesa com pessoal representa 28,71%, a despesa de aquisição de bens e serviços 31,31%, do total da despesa, o que coloca os encargos de funcionamento muito perto dos limites do tolerável para o equilíbrio e cumprimento das regras orçamentais, pois que representam 60,02% do total da despesa.

Um dos questões que se têm colocado, recentemente, é a de saber até onde deve ir o esforço que se exige aos municípios - pessoas e empresas - no que toca a impostos e taxas municipais.

Para se ter uma resposta efectiva, nada melhor do que analisarmos os impostos e taxas que nos exigem e verificarmos o que fazem ou não fazem com os nossos recursos.

Analisando, temos que em relação a uma previsão de receita de CA, actual IPM, de 10.025 milhões de Euros e uma receita efectiva de 11.495 milhões de Euros, logo uma variação positiva de 14,54%. Em sede de taxa, actual IPT, também se verifica um desvio positivo de 39,03%, ao que longe ao ordenamento.

Mas se a comparação for com o executado em 2002, temos de facto um aumento da receita em imposto directo - CA (IM) de 3.436 milhões de Euros (42,84%) e Sisa (IPT) de 2.384 milhões de Euros 31,59%. O que se materializa num significativo reforço das disponibilidades orçamentais da autarquia.

Torna-se assim evidente que não havia qualquer justificação para o aumento da taxa de 1% para 1,2%, conforme então proposto e aprovado pelo PSD, pois que não executada, não precisa de retirar recursos às empresas e às pessoas que delas fazem um melhor aproveitamento.

Importa também saber qual o estado de algumas obras, programas e serviços, muita e equitativamente anunciados, mas sempre por concretizar.

Carecemos pelos piores exemplos, que fazem parte do Plano Plurianual de Investimentos tanto em 2002 como 2003. O que temos executado? 0,00% do ordenamento ou seja 4402 Euros de um investimento global de 3.670 milhões de Euros.

É quanto ao perfil municipal? O que temos executado? 8,08% do ordenamento quando se estava um investimento de 6.228 milhões de Euros.

É quanto à sinistralidade municipal? Executou-se 32,8% do ordenamento para este ano estando somente socializado 11,8% do projecto.

É o fim todos o necessário objectivos de intervenção da Política Municipal? Executado 0,00% de um investimento global de 3.670 milhões de Euros.

É a Central de camiónes de Albufeira? É os transportes urbanos? 0,00 de execução em 2003.

A tudo isto pode ainda acrescentar-se, um País, com cerca de 10.000 milhões de Euros, que não consegue em 2003 realizar um sistema de água, em termos de obra e que segundo os seus responsáveis, até 2005, não vão poderem pagar mais do que será realiação em aproximadamente 25% da investimento inicialmente previsto.

De facto, o dilema e frustração realizam-se.

Perguntas:

Para quê pagamos cada vez mais impostos?

Para quê temos serviços cada vez mais caros?

Porque razão não há a correspondente relação entre a qualidade e o preço do serviço prestado?

Porque razão cobram mais taxas, mais impostos e, simultaneamente, reduzem o investimento?

Porque razão continuam a pôr em causa, ano após ano, o nosso futuro colectivo?

Por tudo o que aqui foi dito, por tudo aquilo que todos nós sentimos, mas muito em particular por tudo aquilo que os municípios sentem e sofrem podemos, em síntese e numa frase descrever esta conta de gestão como:

A EXPRESSÃO QUANTIFICADA DA INCAPACIDADE!

Por todos estes razões os eleitos pelo PARTIDO SOCIALISTA, nesta Assembleia Municipal, hoje 27 de Abril de 2004, votaram contra a Conta de Gestão do Município de Albufeira, relativa ao exercício de 2003!






Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca a votação o ponto. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: (11) Pedro Ferro, Fernando Cabrita, Fernando Anastácio, Ricardo Silva, Manuel Meirinho, Adolfo Gregório, Francisco Oliveira, Francisco Guerreiro, José Paulo Aboim, Berto Palma e Fernando Gregório. -----

Abstenções: (1) Fernando Neves. -----

Votos a favor: (13) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Carlos Gabriel; José Sequeira; Carlos Quintino; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Helder Sousa e Paulo Freitas. -----

Aprovada por maioria dos presentes. Não se encontrava presente o Sr. Eduardo Medeiros. -----

PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal de alteração do regulamento de Organização dos Serviços Municipais, Organograma e Quadro de Pessoal do Município, nos termos da alínea n) do n.º 2 do Art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

Fernando Anastácio - É só para dizer muito sumariamente sobre isto, que os comentários que esta proposta merece são apenas comentários que temos vindo a fazer, sobre aquilo tudo que tem haver com alterações de organograma e quadro de pessoal, ou seja, isto executa de alguma maneira algumas promoções já informadas nesta Assembleia Municipal sob proposta deste partido, são mais uns quantos passos da mesma caminhada e não tem destino, e não tem sentido e portanto sobre isso a nossa posição é clara, discordamos desta abordagem, é uma abordagem que não é baseada em nacionalidade, não é baseada num estudo efectivo das possibilidades dos recursos humanos, limita-se a responder causisticamente às necessidades, necessidades essas completamente injustificadas como última e recente criação de uma Secção de Apoio aos Serviços do Sr. Presidente da Câmara, nós somos claramente contra o que está aqui e votamos contra essa posição. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca a votação o ponto. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: (11) Eduardo Medeiros, Fernando Cabrita, Fernando Anastácio, Ricardo Silva, Manuel Meirinho, Adolfo Gregório, Francisco Oliveira, Francisco Guerreiro, José Paulo Aboim, Berto Palma, Fernando Gregório e Fernando Neves. -----

Abstenções: (0). -----

Votos a favor: (13) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Carlos Gabriel; José Sequeira; Carlos Quintino; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Helder Sousa e Paulo Freitas. -----

Aprovada por maioria dos presentes. Não se encontrava presente o Sr. Pedro Ferro. --

PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal de Lei das Comunicações Electrónicas - Taxa Municipal de Direitos de Passagem, nos termos da alínea e) do n.º 2 do Art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

Fernando Anastácio - O comentário que no oferece, é que de facto o Município, o Executivo, já percebeu que penalizar os munícipes com taxas cada vez mais gravosas e mais

significativas não é boa política e portanto, num momento de bom senso, pelo menos relativamente para o resto do ano de 2004 propôs a fixação de taxa certa, se bem que no nosso entendimento este protocolo, este acordo entre a Associação Nacional de Municípios e a PT, foram substanciados depois no diploma legal, é uma demonstração inequívoca, mais uma vez de que o justo direito que o Município tem, obviamente de cobrar as taxas pela utilização do seu território, e que devia ser obviamente uma questão de sobriedade da PT, conseguiu o Governo criar forma de que fossem os munícipes a pagar, e portanto, uma legislação que põe os utentes dos serviços de telecomunicações e os clientes da PT a pagarem o que de facto devia ser um custo de quem presta esse serviço, não faz sentido, é uma lei que prejudica claramente os utentes, a Câmara Municipal de Albufeira admite, se calhar também não discordará da Lei mas como já estamos habituados a que o PSD esteja de acordo com o Governo, penso que a razão principal não é essencialmente essa, é mas sim o sentido que as pessoas em Albufeira estão cansadas de tantas taxas e de tantos impostos. - Francisco Calhau - Mais uma vez tenho que dizer que nós no PSD estamos habituados a ter opiniões próprias, e se for preciso discordamos globalmente da política do Governo, seja do PSD ou não, admira-me que seja com espanto para o PS que isso aconteça, para nós não, apesar de ouvir mal estamos habituados; espanta-nos que por realmente quando é preciso conseguimos fazê-lo publicamente, sem problemas nenhuns. Agora o que me espanta e a única questão que eu gostava de ver, é que há uma discriminação positiva, espero eu, nas facturas relativamente a quem tem o serviço e a quem não tem, penso eu que isso está incluído, ou seja, as pessoas que não beneficiam da rede fixa não vão ser facturadas por isso, é a única coisa que eu quero saber, ou não? -----

Presidente da Assembleia - Neste caso não vai ser ninguém, porque a taxa é zero. -----
Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca a votação o ponto. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: (0).-----

Abstenções: (0).-----

Votos a favor: (26) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Carlos Gabriel; José Sequeira; Carlos Quintino; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Helder Sousa; Pedro Ferro; Eduardo Medeiros, Fernando Cabrita, Fernando Anastácio, Ricardo Silva, Manuel Meirinho, Adolfo Gregório, Francisco Oliveira, Francisco Guerreiro, José Paulo Aboim, Berto Palma, Fernando Gregório; Paulo Freitas e Fernando Neves.-----

Aprovada por unanimidade. -----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade, a minuta das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Esgotada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:25 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 28 de Abril de 2004 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

